

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2010

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ - SINDPD/CE, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ sob o nº 11.822.343/0001-58, com Código Sindical de nº 005.054.02860-5 – registrado do Livro 08 – fl 16 em 26/02/1988, sob o processo de nº MTb – 24.170.000088, de 1988, seu representante legal Sr. José Valmir Bráz, inscrito no CPF sob o nº 161.412.453-15, COM SEDE NESTA CAPITAL à Av. Tristão Gonçalves, 1250 – CENTRO – Telefone (085) 3252-4436

e

SEITAC – SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA, TELECOMUNICAÇÕES E AUTOMAÇÃO DO CEARÁ, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ sob o nº 00.937.422/0001-98, com sede e foro nesta cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Av. Dom Luis, 880 – sala 407, neste ato representado por seu Presidente Antônio Mauricio Brito Júnior CPF 358.674.423-49 devidamente autorizados pelas Assembléias Gerais de cada categoria, especialmente convocadas e realizadas, e cujas deliberações foram aprovadas com obediência às formalidades legais e estatutárias **MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE**S:

Cláusula Primeira – Vigência e Data-base

Os sindicatos convenientes, representantes das respectivas categorias econômica e profissional, fixam o prazo de validade da presente Convenção Coletiva de um ano, a iniciar em 01 de maio de 2009 e findar em 30 de abril de 2010, fixando a data-base em 01 de maio.

Cláusula Segunda - Abrangência da Convenção

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange, exclusivamente, os empregados das empresas albergadas pelo sindicato patronal, que sejam representados pelo sindicato laboral, possuindo como base territorial de representatividade para o referido acordo o município de Fortaleza-CE.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTOS

PISO SALARIAL

Cláusula Terceira - Piso Salarial

A partir de 01 de maio de 2009, as empresas albergadas pela categoria patronal e que possuam empregados abrangidos pela representatividade da categoria laboral, praticarão os seguintes pisos salariais básicos:

Av. Tristão Gonçalves, 1250 – Centro – CEP: 60015-001 – Fone/Fax: 85 3252 4436 – e-mail: sindpdce@sindpdce.org.br
www.sindpdce.org.br – CNPJ: 11.822.343/0001-58 Código da entidade sindical: 05.054.02860-5 – Fortaleza - Ceará

- A) Aplicável aos empregados de atividade administrativa e menor função na área de informática, R\$ 530,00;
- B) Aplicável aos assistentes de informática de nível médio concluído, R\$ 590,00;
- C) Aplicável aos instrutores de informática, R\$ 650,00;
- D) Aplicável aos técnicos de informática, R\$ 750,00;
- E) Aplicável aos analistas e outros profissionais de nível superior concluído, R\$ 1.200,00;

Parágrafo Primeiro: Somente farão jus ao piso estabelecido no item “b” da presente Cláusula, os empregados que tenham concluído curso de nível médio que lhe confira a necessária habilitação;

Parágrafo Segundo: O piso estabelecido do item “b”, retro, será extensivo aos empregados que, antes do início de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, já ocupavam o cargo de Assistente de Informática ou exerçam as funções a este inerentes.

Parágrafo Terceiro: Fica esclarecido que a expressão “outros profissionais de nível superior” constante no item ‘E’ diz respeito a profissionais de nível superior que realizem atividades compatíveis com a graduação que possuem.

PAGAMENTO DE SALÁRIOS – FORMAS E PRAZOS

Cláusula Quarta - Pagamento de Salários

O empregador deverá fornecer aos empregados comprovantes de pagamento dos salários, com discriminação das verbas e importâncias correspondentes e dos descontos efetuados, assim como a importância relativa ao depósito do FGTS devido na conta vinculada do empregado optante.

Parágrafo Único: Os pagamentos serão efetuados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, em moeda corrente, preferencialmente em conta bancária individual, ou nos locais de trabalho em espécie ou cheque da empresa.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

13º SALÁRIO

Cláusula Quinta - Adiantamento do 13º Salário

O adiantamento de até 50% (cinquenta por cento) do 13º (décimo terceiro) salário ocorrerá no mês de férias do empregado caso o mesmo tenha se manifestado neste sentido, até o dia 30 de janeiro.

ADICIONAL DE HORA EXTRA

Cláusula Sexta - Adicional de Horas Extras

Av. Tristão Gonçalves, 1250 – Centro – CEP: 60015-001 – Fone/Fax: 85 3252 4436 – e-mail: sindpdce@sindpdce.org.br
www.sindpdce.org.br – CNPJ: 11.822.343/0001-58 Código da entidade sindical: 05.054.02860-5 – Fortaleza - Ceará

As horas extras serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), sobre a hora normal.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Cláusula Sétima - Auxílio Alimentação

As empresas fornecerão aos seus empregados, vale-alimentação/vale-refeição, a serem entregues no primeiro dia útil de cada mês, no valor facial de R\$ 6,00 (seis reais) - respeitado o direito de realizar os descontos na forma da Consolidação das Leis do Trabalho - em quantidade igual aos dias trabalhados. Caso o empregado venha a trabalhar aos sábados, domingos e feriados a empresa fornecerá o vale alimentação correspondente ao dia de trabalho.

Parágrafo Único: As empresas que já possuem restaurante próprio ou mantém contrato de fornecimento de refeição, deverão continuar fornecendo refeição aos seus empregados, garantindo a boa qualidade do fornecimento, conforme as disposições legais, inclusive o disposto no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador – Lei 6.321/76 e Decreto nº 5, de 14.01.91). Da mesma forma, as empresas que já fornecem vale alimentação, manterão o benefício, no valor estabelecido no caput desta cláusula.

AUXÍLIO TRANSPORTE

Cláusula Oitava - Vales-Transportes

As empresas garantirão aos seus empregados, que efetivamente utilizem transporte público, o direito ao vale-transporte, fornecendo a quantidade de vales necessários ao trajeto residência/trabalho/residência, com entrega no primeiro dia útil de cada mês.

Parágrafo Primeiro: Aos empregados beneficiados com o vale-transporte, será permitido o desconto de 6% (seis por cento) sobre o salário base.

Parágrafo Segundo: Para os empregados que trabalhem em regime de revezamento, ou seja, somente trabalhem 15 (quinze) dias durante o mês, será descontado 3% (três por cento) do salário base.

Parágrafo Terceiro: em casos de greve dos ônibus e, mediante efetiva comprovação da despesa realizada, a empresa custeará o deslocamento do empregado para o emprego em transporte alternativo– TIPO TOPIC.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

Cláusula Nona - Despesas Funerárias

As empresas concederão Auxílio Funeral a ser pago ao dependente legal do empregado falecido durante a vigência do contrato de trabalho, em valor equivalente a 01 (hum) piso salarial no menor valor, pago imediatamente após o óbito.

OUTROS AUXÍLIOS

Cláusula Décima - Assistência Médica/Hospitalar

As empresas que mantêm convênios de assistência médica e/ou odontológica, com a participação dos empregados nas custas respectivas, deverão assegurar aos mesmos o direito de optar ou não pela inclusão no convênio existente. A opção do empregado só terá validade se feita por escrito. O empregado que optar pela exclusão ou aquele que desistir da sua inclusão, não terá direito aos benefícios decorrentes do convênio a partir da data que efetuar sua exclusão ou desistência.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

Cláusula Décima Primeira - Homologação/Demissão

As empresas apresentarão termo de rescisão do contrato de trabalho ao SINDPD/CE, para homologação de rescisões de contratos de trabalho dos empregados, no prazo e condições previstas pela Lei 7.855/89, que entre outras providências alterou o Art. 477 da CLT, sem ônus para o empregado e empregador.

Parágrafo Único: Não comparecendo o empregado, a empresa dará conhecimento do fato ao SINDPD/CE, mediante comprovação do envio de carta e/ou telegrama de notificação do ato, o que a desobrigará do disposto no caput desta cláusula.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

INTERVALOS PARA DESCANSO

Cláusula Décima Segunda - Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho padrão é a de 44 horas semanais na forma definida na Consolidação das Leis do Trabalho, respeitadas as especificidades definidas em Lei.

FALTAS

Cláusula Décima Terceira - Ausências Legais

Além dos casos previstos nos incisos I e IV do art. 473 da CLT, poderá o empregado, faltar ao serviço sem que seja efetuado qualquer tipo de desconto salarial nos seguintes casos: 02 (dois dias) quando do falecimento de: cônjuge, filhos, irmãos e pais.

Parágrafo Único: Caso os parentes citados, residam em localidade distante mais de 100 km (cem quilômetros) do local onde o empregado labore, a licença de que trata o caput da cláusula será de 03 (três) dias, desde que comprovada previamente o local do óbito.

RELAÇÕES SINDICAIS

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

Cláusula Décima Quarta - Garantia de Acesso

As empresas garantirão aos representantes sindicais acesso aos locais de trabalho, mediante prévio entendimento e respeitados os horários pré-fixados.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

Cláusula Décima Quinta - Recolhimento das Mensalidades

As empresas se comprometem a efetuar desconto em folha de pagamento, das mensalidades dos trabalhadores sindicalizados ao SINDPD/CE, conforme relação de empregados sindicalizados apresentada pelo Sindicato, bem como das autorizações dos empregados.

Parágrafo Único: As empresas efetuarão o depósito das referidas mensalidades, na conta nº 601208-6, Agência 1369-2, Banco do Brasil, do SINDPD/CE, até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao do desconto.

Cláusula Décima Sexta - Contribuição da Confederativa Patronal

As empresas abrangidas pelo SEITAC deverão recolher o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), parcelado em duas vezes, nos meses de Junho/2009 e Outubro/2009, a título de Contribuição Confederativa, que deverá ser repassado com boleto bancário ou na sede do sindicato, até o dia 10 de junho/2009 e 10 de Outubro/2009, respectivamente. De acordo com o Art. 8º, Inciso IV, da Constituição Federal e demais normas legais.

Parágrafo Único – Os atrasos no prazo de recolhimento estão sujeitos às mesmas penalidades previstas na Cláusula Vigésima.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

Cláusula Décima Sétima - Taxa Assistencial

As empresas prestadoras de serviços, com trabalhadores pertencentes à categoria econômica de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares, recolherão a favor do SINDPD/CE, 1% (um por cento) do salário base dos obreiros beneficiados com a presente Convenção Coletiva, a título de taxa assistencial, no mês subsequente ao da assinatura desta Convenção, conforme deliberação da assembléia de abertura da Campanha Salarial.

Parágrafo Primeiro: Os trabalhadores que se opuserem ao desconto da taxa prevista no caput desta cláusula, deverão formalizar ao Sindicato, tal intenção, até o 8º dia útil do mês do desconto.

Parágrafo Segundo: As empresas deverão realizar o depósito das consignações de que trata esta cláusula, na conta nº 601208-6, Agência 1369-2, Banco do Brasil, do

Av. Tristão Gonçalves, 1250 – Centro – CEP: 60015-001 – Fone/Fax: 85 3252 4436 – e-mail: sindpdce@sindpdce.org.br
www.sindpdce.org.br – CNPJ: 11.822.343/0001-58 Código da entidade sindical: 05.054.02860-5 – Fortaleza - Ceará

SINDPD/CE, até o 10º dia útil do mês seguinte ao do desconto.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

Cláusula Décima Oitava - Quadro de Avisos

As empresas fixarão, à disposição das representações dos trabalhadores, em suas instalações, quadros de avisos.

Clausula Décima Nona - Comissões de Conciliação Prévia

As Comissões de Conciliação Prévia previstas na Lei nº 9.958, de 12 de Janeiro de 2000, poderão ser criadas, desde que, conjuntamente com o SINDPD/CE.

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

Cláusula Vigésima - Multa por Descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho

Na hipótese de descumprimento ou violação de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficam as empresas abrangidas pela presente convenção sujeitas a multa em proveito do empregado, na razão de 5% (cinco por cento) a incidir sobre o menor piso da categoria.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

Cláusula Vigésima Primeira - Foro Competente

As controvérsias resultantes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, se antes não forem solucionadas pelas partes convenientes.

E por estarem assim justos e contratados, os Sindicatos Convenientes assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, por seus representantes legais, abaixo assinados, perante duas testemunhas, para todos os fins de direito.

Fortaleza, 04 de Maio de 2009.

JOSÉ VALMIR BRÁZ
SECRETÁRIO GERAL
SINDPD-CE

ANTÔNIO MAURÍCIO BRITO JÚNIOR
PRESIDENTE SEITAC

TESTEMUHAS:

GLAUCIMAR HONÓRIO LUZ

ÂNGELA MARIA MIRANDA DE MORAES